

1.2 — No âmbito da gestão orçamental, exceptuando o PIDDAC:

- a) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até (euro) 150.000,00;
- b) Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia cujo valor não exceda o agora subdelegado;
- c) Conceder adiantamentos a empreiteiros e a fornecedores de bens e serviços de preço de valor igual ou inferior a (euro) 45 000, desde que respeitados os condicionalismos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

2 — Os subdelegados regionais apresentarão, com uma periodicidade trimestral, um relatório síntese com elementos estatísticos e de custos relativos aos actos praticados, de harmonia com a alínea a) do n.º 1.1 da presente deliberação.

3 — Os subdelegados da Delegação Regional do Norte são:

A licenciada Maria de Fátima Magalhães Alves Machado;
O licenciado José António Santos Silva.

4 — A presente deliberação produz efeitos a 18 de Fevereiro de 2010, ficando por este meio ratificado todos os actos praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

5 — São igualmente ratificados os actos previstos na presente deliberação e praticados desde 31 de Outubro de 2009 até 17 de Fevereiro de 2010.

1 de Setembro de 2010. — O Delegado Regional do IDT, I. P., *Adelino Fernando do Vale Ferreira*.

204295596

Despacho n.º 2750/2011

Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro, e no uso da autorização concedida pelo n.º 4, da Despacho n.º 16065/2010, publicado no *Diário da República* n.º 207, 2.ª série, de 25 de Outubro de 2010, com a declaração de rectificação n.º 2293/2010, de 10 de Novembro de 2010 subdelego:

1 — Nos Directores dos Centros de Respostas Integradas, na Directora da Unidade de Desabitação do Norte, na Directora da Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra, e na Directora da Unidade de Alcoologia do Porto, da Delegação Regional do Norte do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., o poder necessário para a prática dos seguintes actos, na área de influência das referidas Unidades:

1.1 — No âmbito da orientação e gestão da delegação regional, respectivamente:

- a) Exercer os poderes de direcção, gestão e disciplina do pessoal;
- b) Praticar actos respeitantes ao pessoal previstos na lei e nos estatutos;
- c) Praticar os demais actos de gestão decorrentes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços;
- d) Superintender na utilização racional das instalações afectas aos respectivos serviços, bem como a sua manutenção, conservação e beneficiação;
- e) Promover a melhoria de equipamentos que constituam infra-estruturas de atendimento;
- f) Velar pela existência de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, garantindo, designadamente, a avaliação e registo actualizado dos factores de risco, planificação e orçamentação das acções conducentes ao seu efectivo controlo;
- g) Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização e conservação dos equipamentos afectos aos respectivos serviços.

1.2 — Nos domínios das alíneas a) e b) do número anterior:

- a) Dinamizar e Acompanhar o processo de avaliação do méritos dos trabalhadores, funcionários ou agentes, garantindo a aplicação uniforme do regime de avaliação no âmbito dos respectivos serviços;
- b) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionalismos legais, bem como estabelecer os instrumentos e práticas que garantam o controlo da respectiva assiduidade;
- c) Justificar ou injustificar faltas.

2 — Os Directores das Unidades são:

Centro de Respostas Integradas de Bragança — Licenciado Fernando Ferreira da Silva Andrade;
Centro de Respostas de Braga — Licenciado Luís Miguel da Silva Viana;
Centro de Respostas Integradas do Porto Central — Licenciada Joana Mafalda Moutinho Queiroga Barroso Coutinho;

Centro de Respostas Integradas do Porto Ocidental — Licenciado António Júlio De Jesus Roque;

Centro de Respostas Integradas do Porto Oriental — Licenciado António Jorge da Silva Barbosa;

Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo — Licenciado Augusto Alberto Gonçalves de Queirós Martins;

Centro de Respostas Integradas de Vila Real — Licenciado Armindo Marcos Martins Guerra Liberal;

Directora da Unidade de Desabitação do Norte — Licenciada Maria Georgina Esteves Afonso Samico Gonçalves;

Directora da Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra — Licenciada Maria Susana Ribeirinha Cardoso de Carvalho;

Directora da Unidade de Alcoologia do Porto — Licenciada Laura Matilde de Carvalho Folgado Lessa.

3 — A presente deliberação produz efeitos desde 18 de Fevereiro de 2010, ficando por este meio ratificado todos os actos praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

4 — São igualmente ratificados os actos previstos no presente despacho e praticados desde 31 de Outubro de 2009 até 17 de Fevereiro de 2010.

24 de Janeiro de 2011. — O Delegado Regional do Norte do IDT, I. P., *Adelino Fernando do Vale Ferreira*.

204295603

Instituto Nacional de Saúde
Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Contrato (extracto) n.º 97/2011

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que ao sétimo dia do mês de Janeiro de 2011, entre o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, representado pelo Presidente do Conselho Directivo, Prof. Doutor José Pereira Miguel e os trabalhadores a seguir elencados, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, ficando os mesmos integrados na categoria de técnico de 2.ª classe da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, profissão de análises clínicas e de saúde pública, posicionados entre os níveis 11 e 12 da tabela remuneratória única, com a remuneração de €1.020,06 (mil e vinte euros e seis centimos):

Número de Identificação Fiscal — Nome:

234069376 — Ana Rita Gonçalves Alcântara

242197183 — Nuno Miguel da Silva Maia

217780628 — Sílvia Tadeu Anjos Pires

28 de Janeiro de 2011. — O Presidente do INSA, IP, *Prof. Doutor José Pereira Miguel*.

204293781

Instituto Português do Sangue, I. P.

Aviso n.º 3997/2011

De acordo com as regras fixadas nos artigos 46.º a 48.º, 74.º a 76.º e 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, o dirigente máximo do serviço tem a possibilidade de fixar o universo dos cargos e o das carreiras e categorias onde a atribuição de prémios de desempenho pode ter lugar, com as desagregações necessárias do montante disponível em função de tais universos.

A lei de execução orçamental aprovada pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, determinou a cativação de 40% das dotações orçamentais dos órgãos ou serviços afectas a despesas com pessoal, destinadas a suportar os encargos com as alterações gestionárias e excepcionais de posicionamento remuneratório e a atribuir os prémios de desempenho.

Atendendo às verbas disponíveis após a cativação, ordenaram-se os profissionais em causa por carreiras e pela ordem decrescente da classificação quantitativa.

Assim,

Considerando que, em 19 de Abril de 2010, o Conselho de Coordenação e Avaliação validou as avaliações de desempenho dos profissionais